

APLICAÇÃO DE UMA GRADE ENUNCIATIVA

LEITURA DA ODE: «A NADA IMPLORAM TUAS MÃOS
JÁ COISAS» DE RICARDO REIS

Na constituição de uma linguística do discurso, em que se concretiza a linguística da *parole* prevista por Saussure nos seus cursos de Genève, surge um novo campo de grande fecundidade com a introdução da teoria da enunciação.

A consideração dos parâmetros definidores da situação de enunciação vai permitir ultrapassar os limites da linguística da língua que, fechada sobre o signo, avessa por preocupação metodológica a todo o elemento exterior ao sistema, bloqueava qualquer tentativa de construção duma teoria do discurso.

Mas este ir além dos limites da língua não implica abandono do rigor científico que acompanhou a ruptura epistemológica saussuriana e guindou os estudos da linguagem ao lugar de ciência de pleno direito. Não há, como receia KUENTZ (1972), recuperação de um sujeito privilegiado por uma análise intuitiva e impressionista. A teoria da enunciação tem como objecto, não a *parole* saussuriana definida como «acto individual de vontade e inteligência» (CLG, p. 30) mas o conjunto das regras da enunciação, tão sociais na sua essência e independentes do indivíduo (CLG, p. 37), tão «produto de forças sociais» (CLG, p. 108), como a instituição social que é a *langue* saussuriana e, como ela, existindo «em virtude de uma espécie de contrato passado entre os membros da comunidade» (CLG, p. 31).

Trata-se, não de trabalhar essa *parole* apenas definida e logo rejeitada de uma linguística «propriamente dita» (CLG, p. 39), mas de criar um novo objecto de estudo, a

partir de uma nova perspectivação e em relação ao qual, como atrás se salienta, há que manter todo o rigor da prática científica.

Para isso se impôs a elaboração de um conjunto de instrumentos conceptuais ou de um «aparelho formal da enunciação» (BENVENISTE, 1970) que, aplicado à superfície do enunciado, permita chegar à enunciação já que, como diz TODOROV (1970, p. 3), «nous ne connaîtrons jamais que des énonciations énoncées».

Benveniste, um dos primeiros linguistas a debruçar-se de forma sistemática sobre estes problemas, inclui no aparelho formal da enunciação os elementos indiciais de pessoa, tempo e lugar, as formas temporais que se organizam no enunciado a partir do presente da enunciação — origem do tempo, as grandes funções sintácticas que manifestam a forma como o locutor pretende agir sobre o alocutário e, finalmente, as modalidades formais que, de um modo geral, traduzem a atitude do locutor em relação ao seu próprio enunciado.

Os elementos indiciais, a que também podemos chamar embraiadores ⁽¹⁾, integram a deixis e, enquanto língua ⁽²⁾, são signos vazios. Concretizar-se-ão em signos plenos, colocando-se numa zona em que língua e fala ⁽²⁾ se recobrem, quando assumidos pelo locutor, ao constituir-se em sujeito da enunciação.

Qualquer dos parâmetros que integram o aparelho formal da enunciação foi, desde sempre, objecto de estudo da gramática tradicional. A visão inovadora reside numa teorização que os faz convergir no acto da enunciação, caracterizando-o.

Outras perspectivas de análise vêm enriquecer o estudo da enunciação. Uma das mais interessantes, integrando-se também e na sequência de estudos feitos em filosofia da linguagem, é a consideração da força ilocucionária do enunciado (promessa, interrogação, ordem, advertência, desejo, etc.). Este conceito é introduzido por Austin (1976), ao considerar pouco operatória e portanto insatisfatória a sua primeira

⁽¹⁾ Tradução portuguesa do francês *embrayeur* que Nicolas Ruwet adoptou como equivalente para o termo *shifter*, utilizado por Jakobson.

⁽²⁾ Conceitos saussurianos, evidentemente.

classificação dos enunciados em *constativos* (que constataam uma acção: «ela prometeu voltar») e *performativos* (que descrevem a acção do locutor e, ao descrevê-la, a executam: «prometo voltar»). Mas só há verdadeiramente execução uma vez satisfeitas determinadas condições intra e extralinguísticas, sendo portanto impostas grandes limitações à existência de enunciados performativos que não passam, afinal, de excepções na língua. Austin elaborou então uma nova classificação segundo a qual em cada acto de linguagem existem simultaneamente três actos: *locucionário* (independente da situação de discurso, objecto da linguística da língua), *ilocucionário* (no interior da situação de discurso, objecto da linguística do discurso) e *perlocucionário*, cujo estudo ultrapassa o âmbito da linguística.

Os performativos serão integrados em determinadas forças ilocucionárias. Assim, o enunciado

1) Pergunto-te que horas são

é um enunciado performativo porque, ao enunciar a frase, o locutor descreve uma acção e simultaneamente executa a acção descrita (perguntar).

Pelas mesmas razões

2) Ordeno-te que saias

é um enunciado performativo.

De novo nos situamos, como no caso dos embraiadores, numa zona em que a dicotomia saussuriana língua/fala adquire contornos imprecisos.

De acordo com a segunda classificação de Austin, como actos ilocucionários, 1) e 2) serão, respectivamente, uma interrogação e uma ordem.

Estes exemplos mostram como o conceito de força ilocucionária permite colmatar insuficiências de outras tipologias. Assim, segundo um critério puramente formal de classificação das grandes funções sintácticas de que fala Benveniste e que Meunier (1974) designa por modalidades da enunciação, ambas as frases 1) e 2) seriam asserções. A consideração da sua força ilocucionária vai permitir categorizá-las de forma mais satisfatória.

Força ilocucionária e situação de discurso são inseparáveis. Para conhecer a força ilocucionária de enunciados como

3) Voltarei amanhã

teremos de recorrer à situação de discurso. É uma informação, uma promessa, uma advertência? O acto ilocucionário é idêntico nos três casos, a linguística da língua não permite levantar a ambiguidade.

Não menos rico é o estudo das diversas enunciações que coexistem numa enunciação dada, deixando as suas marcas no enunciado. Estamos no domínio da intertextualidade. São os discursos citados de outrem ou do próprio locutor, são as interferências de outros estratos ou registos, regionalismos e arcaísmos, manifestando-se a nível fonológico, sintáctico e, sobretudo, lexical.

Assim, não há um texto produzido, mas texto em produção «sem-fim», liberto afinal do seu emissor para ser n textos diferentes de cada um de n receptores para os quais se actualizam ou reactivam, enquanto interferências, os códigos linguísticos e culturais que fazem parte da sua dupla competência específica e ideológica (SLAKTA, 1971).

Dispondo já de uma tão vasta grade de parâmetros que reflectem a enunciação, parece escapar-nos, no entanto, muito de essencial. Com efeito, confrontando enunciado-texto realizado e enunciação-acto de produção do texto, constata-se uma oposição entre o carácter discreto do enunciado e o processo contínuo que é a enunciação. Forçoso é aceitarmos que não pode deixar de ser limitativa a análise da enunciação que tenha apenas em conta os elementos discretos que estruturam o texto, ainda que tais elementos funcionem simultaneamente em dois domínios — estrutura e processo de estruturação.

Chegados assim ao limite da aplicação da análise estrutural, uma questão se põe: como ultrapassar esse limite?

Jean Dubois (1969) introduz quatro novos conceitos que, apoiando-se embora nas unidades discretas que atrás referimos, vão permitir caracterizar a enunciação como processo contínuo entre dois pólos, tendendo para um ou para outro, sem

nunca os atingir. O texto será, assim, a estrutura de superfície sob a qual a enunciação funciona como estrutura múltipla de base. São esses conceitos a *distância*, a *tensão*, a *transparência/opacidade* e a *modalização*.

Colocado o enunciado como objecto exterior ao sujeito, o processo da enunciação dará a medida da *distância* entre esse enunciado-objecto e o sujeito. A distância será mínima, tendendo para zero, quando o sujeito assume inteiramente o seu enunciado. É o caso do discurso autobiográfico em que o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado se identificam. A distância será máxima quando o sujeito da enunciação não se implica no enunciado, objecto bem distinto dele próprio. É o caso da enunciação histórica, da máxima, do discurso didáctico.

São traços da implicação do sujeito os embraiadores, os tempos verbais, os aspectos, certos advérbios. No enunciado oral, mais importante se revela a entoação, que pode, isoladamente, contra a ausência de qualquer outra marca, indiciar uma maior ou menor implicação.

O conceito de *tensão* permite enquadrar, na enunciação, a acção do locutor sobre o alocutário. A maior ou menor tensão entre os interlocutores será traduzida pela maior ou menor ocorrência de determinadas modalidades, pela utilização de pronomes, pelas referências ao mundo exterior e a enunciados anteriores, etc.

Em certos discursos políticos, no discurso publicitário, no discurso da autoridade (pai, professor, patrão), encontram-se exemplos de tensão máxima, pela utilização dos imperativos e das interrogativas, de futuros com valor imperativo, de promessas, de desiderativos, de enunciativos remetendo para o próprio discurso, de performativos em geral, de transformações livres como as negativas em que, implícita ou explícita, está a afirmação contrária, da oposição eu/tu, etc.

O conceito duplo de *transparência* e *opacidade* perspectiva o enunciado a partir do alocutário e situa-se sobre uma linha contínua entre os limites da transparência máxima e da opacidade máxima.

A transparência máxima implica o apagamento total do sujeito da enunciação. O alocutário apropria-se do enunciado

que assume como se fosse seu. É o caso da máxima, do livro escolar.

Há opacidade máxima quando o sujeito da enunciação modaliza o seu enunciado de forma pessoal, fugindo às restrições dos códigos comuns e criando novas regras para o seu discurso. É o caso da poesia lírica, em que cada leitor terá, ele próprio, de assumir o enunciado, colocando-se como sujeito daquela enunciação.

Assim se tocam transparência máxima, a que corresponde ambiguidade mínima, e opacidade máxima, a que corresponde ambiguidade máxima. Em ambos os casos o alocutário assume o enunciado que será ora objecto constituído (pelo sujeito da enunciação) ora objecto a constituir, desambiguizado, pelo próprio alocutário.

Finalmente, a *modalização* está ligada à maior ou menor adesão do locutor ao seu enunciado, que ele vai modalizando, continuamente, no decorrer da enunciação. Como para os conceitos de distância e tensão, a modalização repousa na maior ou menor ocorrência de certos elementos discretos que vão estruturando o texto e, no discurso oral, também em elementos contínuos não menos importantes, como a entoação.

São modalizadores, fundamentalmente, as modalidades do enunciado, lógicas ou apreciativas, em formas verbais, adverbiais ou adjectivais, as modalidades da mensagem (ênfase, passiva, negativa, nominalização, etc.), o aspecto verbal, as interferências, em que incluímos os enunciados relatados, os verbos enunciativos marcando a insistência do locutor em assumir o seu enunciado (digo, declaro, repito, etc.).

Estes quatro conceitos não se excluem, antes correspondem a perspectivas diferentes que se complementam, podendo apresentar faixas comuns.

A que enunciações será adequada uma análise que utilize tais parâmetros? À primeira vista, àqueles em que o *eu*, o *tu*, o *aqui*, o *agora*, a organização dos tempos dentro do enunciado, possam ser referenciáveis espaço-temporalmente, embraiando numa situação de enunciação claramente definida.

Está neste caso a enunciação oral em situação de interação verbal, imprensa falada, televisão, discurso político.

Também a enunciação escrita, imprensa, discurso epistolar, diário.

O discurso publicitário tem características especiais. Pode o texto ser formalmente uma «narrativa» não embraiando qualquer situação de enunciação. Pode ser do tipo «discurso», no sentido em que Benveniste (1966, p. 242) utiliza esta palavra, isto é, toda a enunciação «supondo um locutor e um ouvinte e, no primeiro, intenção de influenciar o outro de qualquer maneira». Neste caso há, geralmente, apagamento do *eu*, o *aqui* e o *agora* serão o lugar e o momento da experiência do alocutário, em que ele recebe a mensagem. A tensão entre os interlocutores será criada pelas modalidades, insistência em pronomes da segunda pessoa, imposição de determinada ideologia ligada ao conforto e ao consumo. Este último elemento será o principal criador de tensão no caso que acima referimos de o discurso publicitário tender para a «narrativa», com ausência quase total de embraiadores.

Totalmente diferente se apresenta o discurso literário. Os embraiadores não são referenciáveis a qualquer situação enunciação. É no próprio texto, no espaço e no tempo criados pela escrita, que serão definidos os elementos indiciais, actualizados em cada leitura como em cada instância de discurso. O presente da escrita, tempo da enunciação, é multiplicado em cada presente da leitura, permanecendo interna a organização dos tempos.

Propomo-nos, apesar disso, e à guisa de exercício escolar, utilizar o modelo enunciativo (que atrás esboçámos rapidamente), para tentar a leitura de um texto literário. Nenhuma leitura é exaustiva. A nossa, é claro, insuficiente. Por isso o seu carácter de contribuição, carecendo de outras perspectivas que a complementam.

Escolhemos a ode de Ricardo Reis:

A nada imploram tuas mãos já coisas,
Nem convencem teus lábios já parados,
No abafado subterrâneo
Da húmida imposta terra.

Só talvez o sorriso com que amavas
 Te embalsama remota, e nas memórias
 Te ergue qual eras, hoje
 Cortiço apodrecido.
 E o nome inútil que teu corpo morto
 Usou, vivo, na terra, como uma alma,
 Não lembra. A ode grava,
 Anónimo, um sorriso.

(1927)

No espaço do texto, cria-se uma relação de intersubjectividade entre um *eu*, apenas implícito, e um *tu*, sempre visível, sem que haja reversibilidade dos pólos da enunciação criada. A situação de discurso-diálogo reduz-se a um monólogo.

O *tu* está presente em numerosos embraiadores, *tuas* mãos, *teus* lábios, amavas, *teu* corpo; o *eu* revela-se no modalizador lógico adverbial *talvez* e no apreciativo adjectival *inútil*.

Não há embraiadores de lugar explícitos, mas os de tempo são em grande número, quer formas adverbiais, *já*, *hoje*, quer formas verbais do presente. A organização dos tempos é intratextual, a partir de um presente criado no e pelo próprio texto e que é simultaneamente o presente da escrita e o de cada leitura.

O passado é explícito em formas verbais (*amavas*, *eras*, *usou*), e implícito nas negativas no presente que implicam a afirmação contrária, sobretudo ligadas ao advérbio *já*, que remete para o passado (*já coisas* — antes não coisas, imploravam; *já paradas* — antes não paradas, convenciam).

Todo o poema se organiza entre um passado que é igual a vida e um presente que é não-vida. No passado, *tuas* mãos em movimento, imploravam, no presente *nada imploram*, são *já coisas*, inertes, sem vida; no passado *teus* lábios moviam-se, convenciam, agora *nem convencem*, estão *já parados*, sem vida, num lugar que pertence ao presente do *eu* e do *tu*,

No abafado subterrâneo
 Da húmida imposta terra.

Imposta? Sofre essa imposição, exterior à sua vontade, quem se encontra abafado, sob a terra (da luz e da vida), na (dentro da) húmida terra (o húmus que é o nosso destino comum?).

Assim, o *eu*, implícito, coloca perante si um *tu* que é um ser sem vida, do qual nada resta agora, a não ser o sorriso do passado (*com que amavas*). É a zona do passado ligada às relações de afectividade (*com que amavas*), a que que é aqui valorizada. Só dela perdura alguma coisa, o sorriso, que permite que o *tu* permaneça, enquanto ser morto, distanciando no tempo e no espaço (*te embalsama remota*) nas memórias dos que foram amados, como recordação do ser vivo (*te ergue qual eras*). Em oposição à vida e amor (*qual eras*) no passado, *hoje* (és) *cortiço apodrecido*. No passado só *cortiço*, símbolo de vida e actividade, *hoje/Cortiço apodrecido*. Metáfora poderosa, na expressão da transformação vida em não-vida, constante em cada verso do poema, pela associação do aspecto verbal dado pelo sufixo *-ecer*, início de processo, ao participio passado, processo já terminado.

Mas mesmo esta permanência do passado é posta em dúvida através da modalização do enunciado (*talvez*), que o sujeito da enunciação não assume inteiramente.

O passado volta a surgir na referência ao *nome* (necessário entre os vivos), *inútil* (modalização apreciativa do sujeito), que o *teu corpo* agora *morto usou* quando *vivo, na terra* e que, *como uma alma* (tu no presente), não lembra. Também dele nada ficou, por isso é *inútil*. Os opostos *morto/vivo, como uma alma/na terra*, acompanham e sublinham a oposição presente/passado.

A ode termina autoreferenciando-se, numa modalização que podemos considerar performativa. O *eu*, o *aqui*, o *agora* que sintetizam uma enunciação, surgem finalmente enquanto ode = eu, no espaço e no tempo da ode = texto. E é agora, nesta e por esta enunciação escrita (*a ode grava*), que permanecerá (*grava*), mas *anónimo* (no presente, oposto ao *nome* do passado), tudo o que resta do que foi vida: *um sorriso*. Complementarmente, a análise semântica faz surgir no vocábulo *grava* e já antes em *embalsama* outra direcção da temporalidade não explicitada no texto: o futuro, tempo e espaço em que a oposição passado/presente se anula, na unidade realizada no e pelo *sorriso*.

Mas o que é um sorriso? Algo de concreto como as *mãos*, os *lábios*, o *corpo* ou mesmo o *nome*? Concluimos, portanto, que, do palpável e indispensável na vida, nada perdura no tempo da não-vida. Apenas o *sorriso*, inefável como a *alma* (o *tu* presente?). Ou *talvez* nada.

Qual é a distância entre o sujeito da enunciação e o seu enunciado? Tende para a distância máxima, limitada a implicação do sujeito a dois modalizadores e a uma possível identificação ode = eu, coexistindo com ode = objecto exterior ao eu. A distância *tende* para o caso limite, verdade universal e eterna enunciada em forma de máxima. O poema será uma reflexão sobre a mudança da vida em não-vida, irreversivelmente, tema clássico que está de acordo com a personalidade do seu «autor material».

O *tu* interior ao texto é formalmente um *tu* que pode ser um *eu* ouvinte com que o *eu* locutor se confronta em diálogo interior. Mas é fundamentalmente um *ele*, *não-pessoa* (BENVENISTE, 1966, p. 251-257), integrando uma correlação de personalidade com o par *eu/tu*, existindo num plano extratextual de intersubjectividade: aproximamo-nos da enunciação histórica (BENVENISTE, 1966, p. 237-250), em que o presente é intemporal, o *eu* observando, como objecto que lhe é exterior, o seu próprio eu = ele = não-pessoa.

O *tu* do texto é mudo, porque é não-pessoa. Mas o *tu* extratextual pode assumir como sua, em forma de máxima, a verdade universal e eterna que o poema guarda e transmite: tudo é efémero na vida humana, nada resta para além da morte.

MARIA HENRIQUETA COSTA CAMPOS

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, J.-L. — *Linguistique et discours littéraire*. Paris, Larousse Université, 1976 (col. «L»).
- AUSTIN, J.-L. — *How to do things with words*. Oxford University Press, 1976 (1.^a ed. 1962).
- BAKHTINE, M. — *Le Marxisme et la philosophie du langage*. Paris, Les Editions de Minuit, 1977. (VOLOSHINOV, V. N. — *Marksizm i filosofija jazyka*, Leninegrado, 1929).

- BENVENISTE, E. — *Les niveaux de l'analyse linguistique. Structures des relations de personne dans le verbe. Les relations de temps dans le verbe français, La nature des pronoms, De la subjectivité dans le langage, La philosophie analytique et le langage.* in *Problèmes de linguistique générale I*, Paris, Gallimard, 1966, p. 119-131, 225-236, 237-250, 251-257, 258-266, 267-276. (Col. Tel).
- *L'appareil formel de l'énonciation.* «Langages», 17, Paris, Didier-Larousse, 1970, p. 12-18.
- COURDESSES, L. — *Blum et Thorez en mai 1936: analyse d'énoncés.* «Langue Française», 9, Paris, Larousse, 1971, p. 22-33.
- DELAS, D. e FILLIOLET, J. — *Linguistique et poétique.* Paris, Larousse, 1973. (Col. Langue et Langage).
- BUDOIS, J. — *Énoncé et Énonciation.* «Langages», 13, Paris, Didier-Larousse, 1969, p. 100-110.
- DUCROT, O. — *De Saussure à la philosophie du langage,* in SEARIE, J. R. *Les actes de langage* (introdução), Paris, Hermann, p. 7-34 (Col. Savoir).
- ENCREVÉ, P. — *Présentation: Linguistique et Sociolinguistique.* «Langue Française», 34, Paris, Larousse, 1977, p. 3-16.
- JAKOBSON, R. — *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe, Linguistique et poétique,* in *Essais de Linguistique générale*, Paris, Editions de Minuit, 1963, p. 176-181, 209-248 (Col. Points).
- KUENTZ, P. — *Parole/Discours.* «Langue Française», 15, Paris, Larousse, 1972, p. 18-28.
- MEUNIER, A. — *Modalités et communication.* «Langue Française», 21, Paris, Larousse, 1974, p. 8-25.
- ROBIN, R. — *Histoire et Linguistique.* Paris, Armand Colin, 1973.
- SAUSSURE, F. DE — *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1964.
- SEARLE, J. R. — *Les actes de langage.* Paris, Hermann, 1972 (col. Savoir) (Trad. de *Speech acts*. 1^a ed. Cambridge Univ. Press, 1969).
- SLAKTA, D. — *Esquisse d'une théorie lexico-sémantique: pour une analyse d'un texte politique (Cahiers de doléances).* «Langages», 23, Paris, Didier-Larousse, 1971, p. 87-134.
- TODOROV, Tz. — *Problèmes de l'énonciation.* «Langages», 17, Paris, Didier-Larousse, 1970, p. 3-11.